

Curso/Disciplina: Direito Penal – Parte Especial

Aula: Crimes contra a pessoa - 16

Professor(a): Marcelo Uzeda

Monitor(a): Adriana Vasconcellos Pereira

Aula nº 16

Lesão Corporal – Parte III

- Artigo 127 CP
 - > Dolo é de provocar aborto e é previsível o resultado agravador que recai sobre a gestante.
 - > Agravação pelo resultado, pena aumentada de 1/3 se sobrevém lesão corporal de natureza grave, (gravíssima- duplicada se resulta morte).
 - > Crime preterdoloso do aborto qualificado pela lesão grave ou pela morte.

- **Lesão corporal de natureza grave**

V - aborto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

-> Dolo é de praticar a lesão corporal, o aborto não é desejado, o risco não é assumido mais é previsível a ocorrência do resultado.

- O sujeito pratica violência contra a gestante, ele tem que ter condições de saber que existe gestação em curso, o dolo do agente é causar lesão corporal, causar dano, uma ofensa a integridade física ou a saúde da gestante. Mesmo não querendo, mesmo não assumindo o risco ele responde à título de culpa pelo resultado agravador.

- No caso de morte do feto a lesão corporal fica qualificado pelo aborto pelo resultado agravador.
- Se tiver o dolo se assumir o risco de provocar aborto ao praticar a lesão corporal contra a gestante?
- Se houver o dolo temos um concurso formal impróprio (entendimento majoritário).
- Corrente majoritária somente se reconhece a qualificadora à título de culpa, somente na modalidade preterdolosa.

- **Lesão corporal seguida de morte**

§ 3º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

-> Comprovado que não quis e nem assumiu o risco de matar, não quis o resultado morte e nem assumir o risco de produzi-lo o dolo é de lesão corporal.

- artigo 19 CP- figura preterdolosa- previsibilidade ojetiva
- figura preterdolosa fica expressa que não quis produzir o resultado morte.

Agravação pelo resultado

Art. 19 - Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente. [\(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984\)](#)

- **Lesão corporal culposa**

§ 6º Se a lesão é culposa: [\(Vide Lei nº 4.611, de 1965\)](#)

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

- Se o resultado da lesão corporal foi produzido à título de culpa por violação do dever de cuidado.
- Independentemente da lesão a pena é essa 2 meses a um ano de detenção.

§ 8º - Aplica-se à lesão culposa o disposto no § 5º do art. 121. [\(Redação dada pela Lei nº 8.069, de 1990\)](#)

-> Perdão judicial - § 8º

-> Perdão judicial também pode ser aplicado numa lesão corporal na condução culposa de veículo automotor.

- **Violência Doméstica**

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: [\(Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006\)](#)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. [\(Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006\)](#)

-> lesões corporais qualificadas pela violência doméstica

-> relação familiar

Ex.: Duas pessoas dividem apartamento, não são parentes não tem relação de afeto, mais dividem um apartamento -> relação de coabitação.

- hospitalidade quando recebe alguém na minha casa.

- espaço de relacionamento intra-muros

- 129 § 9º CP (o que qualifica é o contexto) -> Lei Maria da Penha -> artigo 5º Lei 11.340/2006 (presume-se a hipossuficiência da mulher).

- pena 3 meses a 3 anos

- Não é de menor potencial ofensivo, cabe SURSI processual, salvo, se a vítima for mulher.

- Lesão é leve, mais é qualificada pelo contexto da violência doméstica, lesão circunstanciada.

- Leve quanto ao resultado -> § 10 que fala graves ou seguidas de morte

§ 10. Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço). [\(Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004\)](#)

- **Causas de aumento de penas**

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência. [\(Incluído pela Lei nº 11.340, de 2006\)](#)

- **Diminuição de pena**

§ 4º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

- Figura privilegiada (minorante).

-> artigo 121 §1º CP -> homicídio privilegiado

- **Substituição da pena**

§ 5º O juiz, não sendo graves as lesões, pode ainda substituir a pena de detenção pela de multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis:

I - se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior;

II - se as lesões são recíprocas.

- Possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por multa.

- Artigo 44, I CP- não admitem substituição

- Nesse caso a lesão corporal excepcionalmente na parte especial permite uma substituição por pena de multa.

- Regra geral- veda

- Mas excepcionalmente na parte especial há essa possibilidade da aplicação da pena de multa.

-> Só multa

- O juiz pode reduzir a pena do § 4º (I), mas pode entender mais interessante presentes aquelas condições do § 4º fazer a substituição pela pena de multa por ser mais favorável ao acusado.

-> não sendo graves as lesões

- O STJ atualmente não leva mais em consideração a posição topográfica da minorante nem da majorante, em julgados mais recentes tem permitido a aplicação por exemplo no furto praticado pelo repouso noturno tanto para figura simples quanto para as formas qualificadas de furto.